DIREITO PROCESSUAL CIVIL_I

3.º Ano – 2021/2022

Exame 15.02.2022 (Exame de Recurso)

Duração: 90 minutos

Regência: Professora Doutora Paula Costa e Silva

I

Kawabata, de 17 anos, japonês a residir em Lisboa, comprou, com o dinheiro que lhe foi oferecido no Natal e que ganhou num emprego de verão, um *skate* numa loja localizada em Lisboa, pertencente à Rola, Lda., com sede no Porto. O *skate* havia sido produzido na Irlanda por uma fábrica da sociedade Wheels, Ltd., com sede em Dublin. Enquanto Kawabata participava num campeonato em Dublin, as rodas do seu *skate* partiram-se, tendo Kawabata caído e sofrido danos que computou em 30.000,00€. Porque considerou que a quebra das rodas ficou a dever-se a um defeito de fabrico, em setembro de 2021, Kawabata propôs, no Tribunal da Comarca de Lisboa, ação contra a sucursal da Wheels, Ltd. em Lisboa, pedindo que a sucursal fosse condenada a pagar-lhe uma indemnização no valor de 30.000,00€ pelos danos sofridos.

Responda às seguintes questões (*nota: os factos pressupostos em cada questão não devem ser considerados na resposta às demais*):

1. Citada, a sucursal da Wheels, Ltd. contestou apenas por impugnação, alegando que o *skate* vendido não tinha qualquer defeito. Finda a fase de articulados, o juiz profere despacho no qual declara os tribunais portugueses internacionalmente incompetentes. Aprecie a legalidade desta decisão. **(6 valores)**
2. O juiz entende que deve suscitar a incapacidade judiciária do autor, apesar de esta não ter sido alegada na contestação, e absolver a ré da instância. Pode fazê-lo? **(5 valores)**
3. O juiz, depois de ler os articulados, convence-se da falta de fundamento da pretensão de Kawabata. Consequentemente, profere de imediato despacho saneador absolvendo a sucursal da Wheels, Ltd. do pedido. Aprecie a legalidade deste despacho, designadamente à luz dos princípios do Direito Processual Civil. **(4 valores)**

II

Comente. “A litigância de má-fé não se basta com a dedução de pretensão ou oposição sem fundamento, ou com a afirmação de factos não verificados ou verificados de forma distinta”. (in: Ac. STJ 18.02.2015) **(4 valores)**

Ponderação global: **1 valor**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL_I

3.º Ano – 2021/2022

Exame 15.02.2022 (Exame de Recurso)

Duração: 90 minutos

Regência: Professora Doutora Paula Costa e Silva

I

1.

(a) Concluir fundamentadamente pela aplicação do Reg. 1215/2012, atendendo ao âmbito material do litígio (artigo 1.º) e à circunstância de a demandada ter sede e, portanto, domicílio num EM (artigos 6.º/1 e 63.º/1).

(b) Tratando-se de uma ação de responsabilidade civil do produtor, a competência internacional para conhecer a ação é determinada nos termos do artigo 4.º e 7.º/2 Reg. 1215/2012.

(c) Nos termos do artigo 4.º, seriam competentes os tribunais irlandeses.

(d) O artigo 7.º/2 atribui competência aos tribunais portugueses se, e somente se, o facto danoso se tiver verificado em Portugal. Consequentemente, seria relevante discutir o sentido da expressão “*facto danoso*”, demonstrando conhecimento sobre a interpretação que tem sido prescrita pelo TJUE. A construção de um argumento conducente à conclusão de que o facto danoso se havia verificado em Portugal fundaria a atribuição de competência internacional aos tribunais portugueses.

(e) Os tribunais portugueses poderiam ainda ser competentes caso se verificassem os requisitos previstos no artigo 26.º Reg. 1215/2012.

2.

(a) Caracterizar a falta de capacidade judiciária como exceção dilatória (artigos 15.º e 577.º-c CPC), demonstrando conhecimento sobre a noção de exceção dilatória, bem como do respetivo regime de conhecimento (artigo 578.º CPC).

(b) Analisar o problema da incapacidade judiciária dos menores, designadamente à luz do disposto no artigo 127.º CC.

(c) Discutir os deveres de gestão processual do juiz (artigo 6.º/2 CPC), designadamente no suprimento das irregularidades da instância, apreciando a conduta do tribunal descrita na hipótese.

3.

(a) Caracterizar o despacho saneador-sentença e a sua admissibilidade (artigo 595.º/1-b CPC)

(b) Discutir a obrigatoriedade de realizar audiência prévia antes de proferir o referido despacho e/ou observar o contraditório.

(c) Apreciar o desvalor da decisão do julgador.

II

Discutir os pressupostos da litigância de má, ponderando o relevo da desconformidade da sequência fáctica alegada com a provada a final, explicando a necessidade e simultaneamente insuficiência deste requisito.